
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: OS LIMITES DOS PROGRAMAS NACIONAIS PARA AS INSTITUIÇÕES DE PEQUENO PORTE

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: THE LIMITS OF NATIONAL PROGRAMS FOR SMALL INSTITUTIONS

Manuela Santana Gortz¹

<https://lattes.cnpq.br/0399078193668711>

<https://orcid.org/0000-0002-0152-7643>

Paulo Gustavo Pellegrino Correa²

<http://lattes.cnpq.br/4935704081469903>

<https://orcid.org/0000-0002-2167-5969>

RESUMO: O presente artigo teve por objetivo analisar modelos de internacionalização universitária utilizados no Brasil e discutir em que medida estes se adaptam ao contexto de pequenas universidades nacionais. As diferenças entre as Instituições de Ensino Superior (IFES) no contexto nacional e a capacidade dessas instituições de dialogarem com programas de internacionalização estruturam nosso problema de pesquisa. A metodologia da pesquisa foi levantamento bibliográfico sobre os modelos de internacionalização, pesquisa documental sobre como esses modelos são utilizados em programas nacionais de internacionalização. Um olhar sobre a experiência de uma universidade pequena e periférica diante dos programas de internacionalização entre os anos 2014-2018 possibilitou enxergar alguns limites e estratégias possíveis para instituições menores. Nosso estudo demonstra que a utilização de modelos únicos nacionalmente, sem a observância das limitações de pequenas instituições, apenas reproduzem as diferenças qualitativas já existentes entre as instituições. Finalmente, apresentamos algumas estratégias que podem atender demandas específicas das IFES de pequeno porte.

Palavras-Chave: Internacionalização Acadêmica; conceitos, indicadores; rankings.

ABSTRACT: The present article aims to analyze the university internationalization models used in Brazil and discuss to what extent it adapts to the context of small national universities. The differences between Higher Education Institutions (HEI) in the national context and the capacity of these institutions to dialogue with internationalization programs structure our research problem. A bibliographic survey was carried out on

¹ Graduada em Turismo e Hotelaria, Especialização em Tradução de Inglês pela Universidade Estácio de Sá, Mestre em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É servidora pública federal desde 2014 no cargo de assistente em administração na Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais da Universidade Federal do Amapá. manuela.gortz@gmail.com

² Doutor em Ciência Política. Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá e professor do Programa em Pós Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF). E-mail: paulogustavo1978@gmail.com

PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP

<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v.16, n.2, p.1-21.

internationalization models and documentary research on how these models are used in Brazilian internationalization programs. A look at the experience of a small university and the limits of internationalization programs between the years 2014-2018 made possible to see the limits and strategies for smaller institutions. Our study demonstrates the use of unique national models, without observing the limitation of small institutions, only reproduced qualitative differences that already exist between institutions. Finally, we present some strategies that can meet the specific needs of small HEI.

Keywords: Academic Internationalization; concepts, indicators; rankings.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo fazer uma análise sobre os conceitos e modelos de internacionalização utilizados no Brasil e discutir em que medida estes se adaptam ao contexto de pequenas universidades nacionais. A diversidade de condições entre as Instituições de Ensino Superior (IFES) no Brasil - reflexo da própria discrepância socioeconômica nacional - faz com que as oportunidades de internacionalização das instituições sejam substantivamente diferentes. A inexistência de um olhar mais regionalizado constrói programas nacionais voltados à internacionalização que reforçam as diferenças existentes e não proporcionam mudanças nesse setor. Nesse contexto, entendemos importante a análise dos modelos de internacionalização e a relação desses com as IFES de menor porte no Brasil.

Não se trata de um estudo de caso, porém tem como origem da discussão a experiência da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) diante do processo de internacionalização acadêmica. Os autores deste trabalho estiveram envolvidos diretamente na construção e execução de um projeto de internacionalização na UNIFAP. A construção de estratégias de internacionalização em uma universidade de pequeno porte no extremo norte do Brasil trouxe subsídios para analisar e discutir as possibilidades de internacionalização de instituições menores.

A UNIFAP está situada no extremo norte do Brasil em um estado com fronteiras com a Guiana Francesa (França) e Suriname. Um estado amazônico e um dos mais pobres do país em uma região isolada. Com aproximadamente 10 mil alunos, 50 diferentes cursos de graduação e 15 cursos de pós-graduação, a UNIFAP é uma das menores Universidades Federais do Brasil e ao mesmo tempo a maior instituição de ensino e pesquisa do Amapá.

Durante os anos de 2014-2018 a Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI) desenvolveu um projeto de internacionalização e foi um espaço de uma série de ações voltadas à internacionalização apontadas mais abaixo. Tais ações trouxeram uma experiência de aprofundamento de sua internacionalização e também mostraram limites diante do tamanho da instituição perante às oportunidades nacionais e internacionais para a internacionalização.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho faremos algumas conceitualizações e apresentaremos brevemente alguns programas nacionais de internacionalização. Em seguida mostraremos modelos de internacionalização existentes e como a temática está inserida no ranqueamento internacional. Apontaremos programas de agências de fomento nacionais e suas perspectivas de internacionalização. Finalmente, apontaremos diante do cenário de possibilidades ações que melhor dialogam com instituições de pequeno porte como a Universidade Federal do Amapá e outras tantas instituições menores distribuídas pelo Brasil.

INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Conceituar Internacionalização do Ensino Superior não é uma tarefa simples, uma vez que se trata de um processo que pode ser compreendido a partir de perspectivas e com expectativas distintas, as interpretações sobre o que é internacionalização e o que caracteriza uma universidade internacionalizada podem divergir, inclusive perante as diferentes condições que as universidades podem apresentar em um mesmo país como o Brasil. Diante da amplitude de entendimentos sobre o que é, como implementar e que resultados esperar deste processo surgem diversos modelos e formatos de internacionalização, que serão abordados na primeira sessão deste artigo.

Sobre os avanços da internacionalização universitária no Brasil, Marin afirma:

Em síntese o processo de internacionalização, no Brasil, não possui contorno ainda definido, mas tem um avanço agressivo. Sobre os debates, conferimos que além de ficar muito esparso, o tema está revestido de elucubrações a partir da condição ideal que possa ser a cooperação. O governo ainda joga um papel fundamental (MARIN 2004, p. 25).

Pode-se citar o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), com mais de cem mil bolsas para a mobilidade concedidas nos quatro anos em que vigorou (2011 a 2015), como um forte marco na consolidação desta temática como elemento estratégico nas universidades.

Entretanto, é importante ressaltar que o CsF teve seu foco apenas na mobilidade internacional de alunos e professores, parte importante da internacionalização, e se deparou com diferenças substantivas das universidades no que diz respeito à possibilidade de utilizar o programa. Os dados apresentados em gráfico neste trabalho demonstram a desproporção do uso do Programa nas diferentes regiões. Outra pontuação ao maior programa de internacionalização feito no Brasil, o CsF, diz respeito a sua metodologia que não privilegiou a escolha das instituições de destino pelas universidades participantes. Nessa direção, o Programa não possibilitou que as universidades dialogassem com seus interesses no envio de alunos e professores para o exterior. Finalmente, é válido destacar que o CsF não se propôs a construir laços mais duradouros do que a mobilidade em si. Isso significou que pouco legado foi deixado para as instituições após a realização da mobilidade.

O fortalecimento de grupos voltadas para a promoção da internacionalização no ensino superior como o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) também pode ser considerado um movimento importante para a internacionalização acadêmica.

É válido apontar que esses grupos apresentam um portfólio de ações de internacionalização que podem ser aderidos. Um dado importante para instituições menores que não têm capacidade otimizada de adesão a programas maiores de internacionalização.

A ideia de internacionalização do ensino superior está fortemente ligada à cooperação com grandes centros de pesquisa, visão adotada, inclusive, por algumas agências de fomento, como é o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O CsF e o projeto que o sucedeu Programa Institucional de Internacionalização (PRINT) demonstram isso.

Entretanto, considera-se neste estudo a importância da cooperação regional, principalmente no caso de instituições em localizações periféricas, que muitas vezes não são consideradas nas políticas à nível nacional e que serão analisadas neste estudo, por se considerar que as mesmas carecem de maiores informações acerca da internacionalização e de suas cooperações acadêmicas.

CIÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A presença e a relevância do fator internacionalização nas universidades não é algo recente, a dimensão internacional existe desde a idade média (FRANKLIN; ZUIN; EMMENDOERFER, 2018, p. 133). Podemos entender que a sistemática busca pelo conhecimento tem como parte fundamental do seu anseio o diálogo com outros centros de conhecimento.

No entanto, trata-se de um processo que vem sendo acelerado e institucionalizado, dentre outros fatores, pela globalização. Neste sentido, é importante enfatizar que este termo, apesar de estar relacionado, não deve ser considerado sinônimo de internacionalização (KNIGHT, 2004).

Analisando as pressões causadas pelo processo de globalização na estrutura e na própria missão da educação superior, Massimiliano Vaira (2004, p. 485) enfatiza a crescente demanda para que as universidades atuem como produtoras de inovação e contribuam para a competitividade econômica dos países. Esta pressão contribuiria para um gradativo afastamento das universidades da sua missão original, do aspecto filosófico voltado para uma formação ampla para uma vertente mais empreendedora, com foco em resultados aplicáveis ao mercado.

A educação superior e, principalmente a internacionalização deste segmento é, portanto, um dos setores que vem sendo impactado e acelerado pelo processo de globalização. Seus impactos se evidenciam nos planejamentos estratégicos destas instituições (STALLIVIERI, 2017), contudo consideramos importante ressaltar que estas respostas não acontecem de forma homogênea.

Como aponta Miura.

Estas tendências (aspectos da globalização que impactam na educação superior) pressionam instituições e sistemas educacionais a acomodar tais desenvolvimentos da forma mais adequada às suas realidades. Ignorá-las é um risco à sobrevivência da instituição visto que a academia é afetada por padrões de difusão de conhecimento internacionais, pela propriedade intelectual de publicações internacionais, pela Internet e por investimentos em pesquisa e desenvolvimento que acompanhem padrões mundiais (MIURA, 2006, p. 3).

Ao analisar a bibliografia disponível sobre o tema internacionalização acadêmica, é comum a presença de aspectos subjetivos como: ampliar visão de mundo, interação com outras culturas, contato com novas referências para os temas de estudo, dentre outros. Tal subjetividade contribui para a complexidade do tema e para a diversidade de abordagens e entendimentos sobre o assunto. No trecho abaixo pode-se perceber alguns destes elementos subjetivos que permeiam a compreensão sobre os processos de internacionalização da educação superior e sua importância para as instituições de ensino.

Outras definições, como é o caso daquela adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em seu Relatório sobre a Internacionalização na Universidade Brasileira (2017), se concentram em elementos práticos, como o intercâmbio, e abordam a internacionalização como instrumento para alinhar o papel das universidades aos interesses do mercado global.

[...] um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a

mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso (CAPES, 2017, p. 6).

Ainda sobre a complexidade de se estabelecer um conceito de internacionalização acadêmica, Knight (2004, p. 5) afirma no artigo *Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales* que “É um termo que significa coisas diferentes para pessoas diferentes e que é, portanto, usado de diversas formas (tradução livre)³”. Segundo a autora, apesar de ser um termo cada vez mais utilizado, a compreensão sobre ele ainda precisa ser bastante ampliada. Ainda assim, essa definição vem sendo melhorada nas últimas décadas para encontrar uma definição que seja ampla o suficiente para abranger diferentes países, culturas e sistemas educacionais (KNIGHT, 2004).

Diante deste desafio, e considerando a evolução dos conceitos propostos por diversos autores nas décadas anteriores, Jane Knight propõe a adoção do seguinte conceito “o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções ou prestação de serviços no segmento da educação superior” (Knight, 2003, p. 2, tradução livre)⁴. Para tanto, cada termo foi cuidadosamente escolhido para proporcionar amplitude e precisão.

O termo processo, por exemplo, foi utilizado para transmitir a ideia de algo que precisa ser continuamente construído pois o seu próprio desenvolvimento gera novas demandas. Já a tríade internacional, intercultural e global foi escolhida para abranger as diversas dimensões incluídas na ideia de internacionalização, desde a relação entre universidades de países diferentes, a diversidade cultural dentro da instituição (associada à internacionalização em casa, que será mais trabalhada ainda neste capítulo), até a noção de algo universal (Knight, 2003).

Os estudos críticos sobre internacionalização também podem utilizar-se da perspectiva epistemológica decolonial, como proposto por Leal e Moraes (2017) em seu artigo *Decolonialismo como Perspectiva Epistemológica para o Campo Teórico da Internacionalização da Educação Superior*, para analisar estas dinâmicas. Esta abordagem parte da análise de que o modelo baseado no eurocentrismo é uma herança do período colonial que segue impactando diversos segmentos nos países do Sul⁵, dentre os quais a produção de conhecimento e a organização das instituições de ensino.

O processo de internacionalização acadêmica também estaria inserido neste contexto, uma vez que os seus impactos negativos tendem a ser mais fortes no Sul, que importa um modelo não adaptado às suas necessidades particulares e sim aos interesses do mercado global. Como destaca Leal e Moraes,

Na ausência de políticas públicas claras e verdadeiramente democráticas, bem como de uma (auto)consciência coletiva que os situem como próprios centros de referências, subordinam-se à aquisição – material e ideológica – de modelos de internacionalização prontos, que em nada se ajustam às suas realidades internas. Na prática, compram produtos acadêmicos, fornecem cérebros, privilegiam os já privilegiados, contribuem para o afastamento progressivo entre o Norte e o Sul (LEAL;MORAES, 2017, p. 13).

Para Leal e Moraes (2017, p. 4) “Os povos dominados foram posicionados em situação natural de inferioridade, e também suas descobertas mentais e culturais”. O decolonialismo pode ser entendido,

³ *It is a term that means different things to different people and is thus used in a variety of ways.*

⁴ the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education.

⁵ Países do Sul aqui compreendidos como grupo de países em desenvolvimento, como explica SANTOS; MENESES (2010, p. 19), o Sul é “concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”.

então, como uma “resistência intelectual” (p. 6) a este processo.

Como alternativa, Leal e Moraes (2017) argumentam que a cooperação Sul-Sul pode ser uma possibilidade para fomentar uma cooperação internacional mais horizontal e alicerçada em interesses mútuos.

A tabela abaixo sistematiza algumas definições, orientações e abordagens sobre a internacionalização da educação superior, permitindo uma visualização gráfica das ideias abordadas neste capítulo.

Tabela 1 - Definições, orientações e abordagens sobre internacionalização da educação superior

Autor ou Instituição/ fonte	Definição, orientações ou abordagem sobre internacionalização do ensino superior
<p>UNESCO, 2009.</p> <p>Comunicado da Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social</p>	<p>25. Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros.</p> <p>34. Maior cooperação regional é desejável nas áreas de reconhecimento de qualificações, garantia de qualidade, governança, pesquisa e inovação. A educação superior deve refletir as dimensões nacional, regional e internacional tanto no ensino, quanto na pesquisa.</p>
<p>CAPES, 2017, p. 6.</p> <p>A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes</p>	<p>um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso.</p>
<p>CNPQ, sd. Plataforma da instituição sobre a atuação na cooperação internacional. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-cooperacao-internacional/</p>	<p>Missão da CGCIN: "Fortalecer e aperfeiçoar a colaboração internacional em C,T&I, mobilizando competências no Brasil e no exterior, contribuindo para a qualificação de pessoas e promovendo pesquisa, desenvolvimento e inovação"</p> <p>A Atuação da CGCIN está centrada em: Financiamento a Projetos conjuntos de pesquisa (intercâmbio científico e tecnológico interinstitucional) e visitas científicas.</p>
<p>Jane Knight, 2003, p. 2.</p> <p>Updated internationalization definition</p>	<p>o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções ou prestação de serviços no segmento da educação superior.</p>
<p>LEAL e MORAES, 2017, p. 12.</p>	<p>A argumentação favorável à inserção da perspectiva decolonial nos estudos em internacionalização da educação superior tem como referência o projeto intelectual de crítica/resistência do decolonialismo em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja</p>

Decolonialismo como perspectiva epistemológica para o campo teórico da internacionalização da educação superior.	manifestação mais influente na educação superior é a globalização econômica em curso, caracterizada pela hegemonia do modelo neoliberal.
---	--

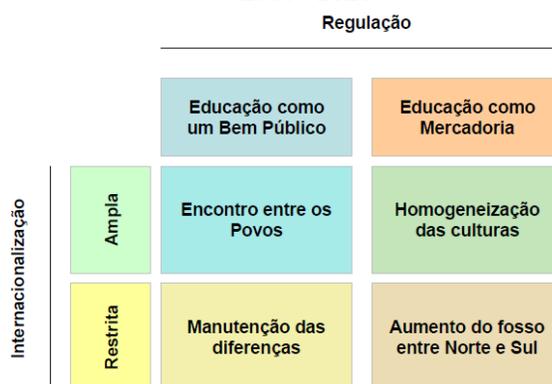
Fonte: Diversas, Elaboração própria.

Retomando a afirmação da autora Jane Knight de que internacionalização é um termo com significados distintos para diferentes pessoas, alguns modelos e teorias podem ajudar a compreender os objetivos, ações e resultados possíveis que estão envolvidos neste processo. Esta análise permitirá observar como as políticas governamentais de fomento à internacionalização impactam nos modelos predominantes em cada região.

ANÁLISES E MODELOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Ao analisar as variáveis que podem interferir na forma como o aumento da importância do fator internacional nas IES pode impactar na qualidade e distribuição das oportunidades neste setor, Porto e Régner (2003) demonstram na figura abaixo os quatro cenários que consideram como sendo os possíveis resultados do processo de internacionalização a partir da combinação entre quatro variáveis.

Figura 1 - Quatro cenários para a educação
**Quatro cenários para o ensino superior no Mundo
 2003 - 2025**



Fonte: Porto e Régner (2003), p. 44.

Percebe-se, pelo cenário apresentado na figura acima, que os resultados obtidos através de um esforço institucional para o aumento da internacionalização podem ser bem distintos, dependendo de como e com quais objetivos este processo é conduzido. Para os autores, o multiculturalismo seria favorecido pela ausência de motivação financeira e a abordagem da internacionalização a partir de uma perspectiva ampla.

Miranda (2003) destaca ainda a dualidade entre a perspectiva da educação superior como mercadoria ou como bem público, realidade latente no contexto da América do Sul e Caribe e que impacta diretamente o processo de internacionalização na região.

O fator motivação é uma variável recorrente nas análises sobre os impactos da internacionalização e na forma como este processo é promovido nas instituições. Marrara (2007) analisa que os objetivos

da internacionalização podem ser de natureza predominantemente institucional ou acadêmica. No primeiro caso, os esforços se concentram na consolidação de um “renome internacional” para a Instituição de Ensino Superior (IES) por meio, por exemplo, da organização de eventos de porte internacional e da atração de alunos e pesquisadores estrangeiros. No caso do objetivo prioritariamente acadêmico, as ações estão voltadas para a formação de docentes, professores, pesquisadores e alunos com ênfase na colaboração e troca de experiência com agentes estrangeiros.

Altbach e Knight (2007) consideram importante analisar este fenômeno a partir da distinção entre instituições com e sem fins lucrativos por considerarem este o aspecto mais relevante para compreender a motivação. Os autores apresentam no estudo quatro modelos de internacionalização: o Tradicional, o Europeu, o dos Países em Desenvolvimento e o Individual.

O modelo Tradicional seria o que prevalece nos Estados Unidos, voltado à oferta de uma perspectiva transcultural aos seus estudantes e tornar o currículo mais atrativo através de ações como o apoio à mobilidade e oferta de bolsas para alunos estrangeiros. Apesar de não estar ligado, na maioria dos casos, ao lucro direto, às ações contribuem para o prestígio das universidades na escala global.

A Internacionalização Europeia é apontada neste estudo como sendo parte de um projeto de integração política e econômica, com ênfase na integração regional. Através de programas como o Erasmus, são realizados fortes investimentos tanto na mobilidade entre as IES europeias quanto em aspectos como a compatibilização dos currículos e validações de diplomas.

O modelo de Internacionalização dos Países em Desenvolvimento é abordado a partir do exemplo da Índia e das Filipinas que investem tanto na atração de estudantes estrangeiros quanto na instalação de campi em países onde a oferta da educação superior ainda é limitada, com finalidade prioritariamente econômica.

No modelo Individual, são mencionados os estudantes que realizam mobilidade ou realizam a totalidade do ensino superior em instituições estrangeiras a partir de financiamento e motivação própria. Segundo o estudo, este caso ainda representa a maioria dentre os alunos internacionais.

No caso brasileiro, a educação superior é composta por universidades públicas e gratuitas, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos, neste último caso com forte presença de grupos internacionais. Esta diversidade deve ser considerada ao se analisar os modelos de internacionalização predominantes no país. Considerando a afirmação de Marrara (2007) sobre os objetivos da internacionalização, este aspecto interfere diretamente na condução deste processo.

Contudo, seja pela finalidade institucional ou econômica, de atração de mais estudantes para melhorar a imagem da IES perante o público ou para alcançar melhores índices na avaliação das agências de fomento, os critérios adotados pelos rankings universitários tendem a impactar a política de internacionalização.

RANKINGS UNIVERSITÁRIOS

A utilização de rankings para as universidades surgiu na década de 1980 nos Estados Unidos com o objetivo de auxiliar os estudantes em suas escolhas. Nos anos 2000s outros rankings foram criados e se tornaram instrumentos de escolha dos estudantes. Logo, um impacto substantivo em como as universidades seriam procuradas pelo seu público.

Os indicadores de desempenho dos rankings visam a classificação de Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de diversos elementos, dentre os quais, em muitos deles, a internacionalização. A intenção é que eles possam ser usados como fonte de informação para possíveis alunos e seus familiares, docentes, pesquisadores, financiadores e pela opinião pública em geral. Diversos países, a exemplo dos Estados Unidos, China e Alemanha destinam recursos federais específicos para as

universidades melhor posicionadas nos rankings internacionais (RIGHETTI, 2018, p. 54).

Sabine Righetti descreve em sua tese de doutorado, “Qual é a melhor?: origem, indicadores, limitações e impactos dos rankings universitários (2016)”, que o crescente número de alunos estrangeiros que buscavam o ensino superior nos Estados Unidos foi um dos principais fatores que impulsionou o desenvolvimento dos primeiros índices de desempenho (RIGHETTI, 2016, p. 29).

Cada ranking adota e hierarquiza os elementos a serem avaliados a partir de critérios próprios, assim como exercem maior ou menor influência em meios distintos. Como alguns dos principais rankings a nível global pode-se citar o Academic Rankings of World Universities (ARWU), o Q&S World University Rankings (Q&S) e o Times Higher Education World University Rankings (THE). No âmbito nacional destacam-se o Ranking Universitário Folha (RUF), Ranking Guia do Estudante (GE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) / Índice Geral de Cursos (IGC).

O ARWU foi a primeira listagem internacional de universidades e é publicado na China desde 2003 (p. 45), no ano seguinte o THE foi lançado vinculado ao jornal britânico The Times e se diferenciou do primeiro ao incluir critérios qualitativos aos seus indicadores (RIGHETT, 2018, p. 46). No THE o item internacionalização representa 7,5% da nota da instituição a partir de três indicadores: proporção de estudantes locais/ estrangeiros, proporção de docentes locais/ estrangeiros e colaboração internacional (RIGHETTI, 2018, p. 52). No ranking Q&S o fator internacionalização é responsável por 10% da nota, divididos igualmente entre o percentual de alunos e docentes estrangeiros (Santos, 2018, p. 79).

Demonstrando as divergências entre os parâmetros adotados por cada ranking Justin Axel-Berg (2018, p. 35) exemplifica a partir do caso de universidades paulistas: “No âmbito dessas disparidades, a Unesp se posiciona mais de trezentos lugares atrás da Unicamp no ranking Q&S, e está à frente da Unicamp no ARWU. Enquanto a USP está posicionada em 120º no Q&S, figura no grupo 215-300º no ranking do Times Higher Education”.

No caso da RUF, o quesito internacionalização é responsável por quatro por cento da nota da instituição e leva em consideração apenas dois dados quantitativos: citações internacionais por docente⁶ e publicações em coautoria internacional⁷ (RUF/FOLHA). Já no THE, o critério internacionalização representa 7,5 por cento da nota e é avaliado a partir de três critérios: proporção de alunos internacionais, proporção de docentes internacionais e colaboração internacional (THE).

Estes modelos de avaliação são alvo de questionamentos pela ausência de complexidade nos critérios, o que poderia ocasionar mais ênfase no quesito reputação que qualidade de ensino e que não levam em conta as particularidades de cada universidade. Neste sentido, orientar o planejamento e a organização da instituição em função destes índices poderia comprometer outros aspectos importantes, inclusive o ensino, a pesquisa e a extensão (LEAL; STALLIVIERI; MORAES, 2018).

A subjetividade nos parâmetros de avaliação torna-se ainda mais evidente no quesito internacionalização, uma vez que o próprio conceito de internacionalização ainda precisa ser mais discutido para que se chegue a critérios objetivos que permitam classificar o nível de

⁶ Média de citações internacionais recebidas em 2016 pelos trabalhos dos docentes da universidade (Web of Science)

⁷ Percentual de publicações de 2011 a 2015 em parceria com pesquisadores estrangeiros em relação ao total de publicações da instituição (Web of Science)

internacionalização de instituições de diferentes portes e contextos.

A internacionalização transformou instituições e sistemas de ensino superior, mas há muita confusão sobre o que uma universidade internacional, binacional, transnacional, cosmopolita, multinacional ou global realmente significa. Não existe um modelo padronizado para uma universidade internacional, nem deveria haver, mas uma compreensão mais profunda de diferentes tipos de instituições internacionais é necessária (KNIGHT, 2015, p. 1, tradução livre⁸).

Por se tratar da maior fonte de recursos para a pós-graduação das universidades públicas brasileiras, os critérios adotados pela CAPES, que estão alinhados aos parâmetros destas classificações, tendem a gerar forte impacto nas políticas de internacionalização das universidades brasileiras.

Um dos itens utilizados pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação no quesito internacionalização é a comparação do “desempenho do Programa em relação a Programas estrangeiros de maior reconhecimento na Área equivalente” (Manual de preenchimento da Plataforma Sucupira, 2014, p. 34⁹). Além deste, são analisados dados como quantidade de intercâmbios realizados, ações e projetos com parcerias internacionais.

Alguns autores, como Lima e Maranhão (2011) criticam o modelo guiado pelos critérios dos rankings argumentando que a internacionalização realizada nestes moldes, que consideram seguir a lógica da mercantilização da educação, contribui para a homogeneização do ensino superior, através da padronização de currículos e carga horária, o que desfavorece a multiculturalidade ao pré-definirem quais países devem ser emissores e quais devem ser receptores de conhecimento e até mesmo o tipo de conhecimento a ser transferido.

Apesar de atrelar o crescente processo de internacionalização à valorização da multiculturalidade e do multilinguismo, a política adotada por governos e instituições de ensino reforça o modelo de educação preconizado pelos países hegemônicos, justamente aqueles que dominam a matrícula internacional. Ela configura-se, portanto, como ferramenta da indústria cultural: ao invés de promover a diversidade, prevalece a padronização dos serviços oferecidos - a arquitetura dos cursos, o desenho dos currículos, a formulação do programa de ensino, o idioma adotado etc (LIMA e MARANHÃO, 2011, p. 593).

A tendência de que os processos de internacionalização contribuam para a ampliação das desigualdades entre as universidades e para o desenvolvimento da ciência nos seus respectivos países também é mencionada por Altbach and Knight (2007, p. 291, tradução livre¹⁰) “A mobilidade acadêmica internacional favorece sistemas educacionais assim como instituições bem desenvolvidas, agravando assim as desigualdades existentes”. Desse modo, o modelo de internacionalização liderado por alguns países desenvolvidos e o atual modelo de classificação dos rankings criam um ciclo do qual

⁸ Internationalization has transformed higher education institutions and systems but there is much confusion as to what an international, binational, transnational, cosmopolitan, multinational, or global university actually means. There is no standardized model for an international university, nor should there be, but a deeper understanding of different types of international institutions is necessary.

⁹ Disponível através do link: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/ColetaDados-PlataformaSucupira-Manual-Abr14.pdf>.

¹⁰ International academic mobility similarly favors well-developed education systems and institutions, thereby compounding existing inequalities.

a grande maioria das universidades tende a ficar cada vez mais à margem.

Dependendo de sua origem e da motivação das entidades que os produzem, rankings podem ser divididos em quatro categorias: comercial, interesse nacional, acadêmico, de interesses específicos. Estas motivações têm uma influência na construção dos rankings, na escolha de indicadores, nas normalizações e no perfil institucional mais valorizado (MARCOVITCH, 2018, p. 235).

Vale destacar que a Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira instituição latino-americana a ficar classificada dentre as duzentas primeiras posições no THE, em 2011, fato amplamente repercutido na imprensa brasileira. Entretanto, nos anos seguintes a USP não conseguiu manter a posição e atualmente um projeto intitulado “Indicadores de Desempenho nas Universidades Estaduais Paulistas” está sendo coordenado pelo Professor Jacques Marcovitch para melhorar o posicionamento da USP, UNICAMP e UNESP nos rankings (MARCOVITCH, 2018, p. 10).

A breve abordagem realizada no contexto dos rankings internacionais como indicadores de desempenho das universidades, e mais especificamente, seus níveis de internacionalização, nos permite sistematizar algumas considerações:

O bom posicionamento nos rankings internacionais representa uma vantagem competitiva para as IES;

As classificações publicadas pelos rankings não são absolutas; refletem a realidade sob a ótica das variáveis escolhidas por determinada instituição para refletir uma hierarquização de instituições para fins específicos;

Apenas alguns elementos são analisados para fins de ranqueamento, e estes, em sua maioria, estão mais relacionados à pesquisa que ao ensino e ainda menos à extensão;

Também são privilegiadas as pesquisas publicadas em língua inglesa e sobre temáticas de interesse global;

Considerando a dificuldade das grandes instituições brasileiras, como a USP, em se manter entre as melhores, seriam estes critérios adotados pelos rankings internacionais adequados para mensurar a processos como a internacionalização nas universidades de pequeno porte?

INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL

No Brasil, há registros de ações isoladas no nível institucional como as relatadas na dissertação de Eduardo Pinheiro de Souza (2008) em um estudo de caso sobre a internacionalização da Universidade de São Paulo. Segundo o autor, este processo teve origem ainda na criação da universidade em 1934, pois já contava em seu quadro com diversos docentes estrangeiros. Uma Comissão de Cooperação Internacional foi criada em 1982. Outro exemplo foi descrito por Janaína Batista (2009) em sua tese de doutorado, na qual descreve o processo de internacionalização da Universidade Federal de Uberlândia, com registros a partir da década de 1980, mas limitados às ações de alguns departamentos.

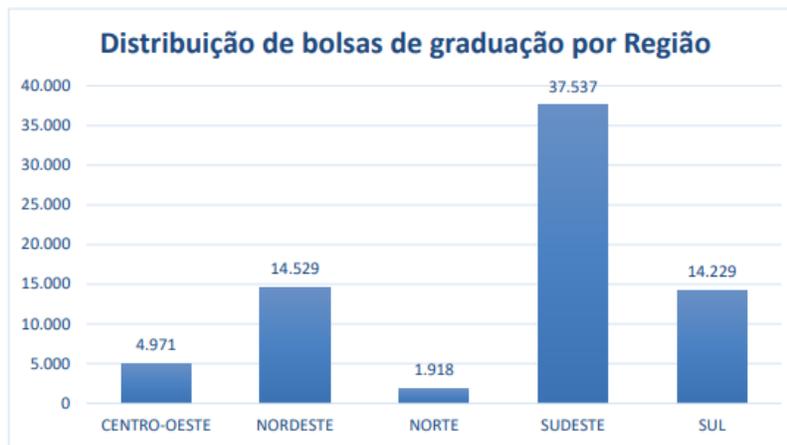
No âmbito de políticas federais, podemos destacar o já mencionado CsF como um forte marco no avanço desta temática como elemento estratégico nas universidades. O Programa foi desenvolvido pelo Governo Federal através das Agências de Fomento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O CsF ofertou bolsas no exterior a alunos dos níveis de graduação à pós-doutorado, assim como estágios em universidades e empresas estrangeiras e oportunidades para pesquisadores

estrangeiros no Brasil (PINTO, 2017, p. 65).

Segundo o Relatório de Avaliação de Políticas Públicas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, as bolsas concedidas para a graduação representaram cerca de 78% do total e os principais países de destino foram Estados Unidos, Reino Unido, França, que juntos concentraram cerca de 52% dos alunos recebidos (CCT, 2015, p. 51). Ainda de acordo com este relatório, “A soma de cerca de R\$10,5 bilhões ou para a concessão de 101.446 bolsas perfaz uma média de R\$103 mil por bolsista (CCT, 2015, p. 61).

É importante mencionar que apenas algumas áreas do conhecimento eram elegíveis no âmbito do CsF, que tinha como foco as áreas da saúde, ciências biológicas e exatas. Além da exclusão das ciências humanas, o Programa também não proporcionou um uso mais equânime das bolsas dentre as regiões brasileiras, como pode ser observado no quadro abaixo, referente ao período 2012-2016.

Figura 3 – Distribuição das bolsas CsF por região



Fonte: Painel de Controle do CsF, Apud PINTO, 2017, p. 68.

Com a finalização deste Programa, o Governo Federal passou a concentrar os investimentos na internacionalização nos cursos de pós-graduação, a exemplo do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PRINT, lançado em 2017 através de um edital no qual foram contempladas trinta e seis instituições para projetos com até quatro anos de duração. O formato do edital privilegiou as instituições mais consolidadas. A previsão orçamentária anual do programa é R\$ 300 milhões (Edital 41/2017 – CAPES).

Em 2017, a CAPES lançou um relatório sobre a internacionalização nas IES brasileiras, baseado nas respostas a um questionário enviado a todas as instituições que possuem programas de pós-graduação com notas entre 3 e 7 em sua avaliação, com o objetivo de mensurar a situação nas universidades brasileiras após o CsF. Os indicadores utilizados demonstram, dentre outros aspectos, que “a internacionalização da IES brasileira é incipiente quando se trata de parâmetros internos do campus” (CAPES, 2017, p. 19) demonstrando que o alto volume de bolsas durante a vigência do Programa Ciências sem Fronteiras não foi acompanhado proporcionalmente pela estruturação interna das instituições para planejar e executar seus processos de internacionalização.

Ainda segundo este relatório, cerca de setenta por cento das IES se considera como pouco ou medianamente internacionalizadas, enquanto apenas oito dentre os 246 formulários validados se consideram altamente internacionalizadas. Dentre as conclusões do relatório está o fato de que os momentos distintos no processo de internacionalização também geram demandas diferentes por parte

das universidades.

Contudo, este programa, CAPES-PRINT, apresentou requisitos no seu edital, dentre os quais que a instituição possua pelo menos quatro programas de pós-graduação stricto sensu, dentre os quais pelo menos dois a nível de doutorado, tendo todos eles recebido no mínimo nota quatro na avaliação quadrienal de 2017, que excluíram várias IES. As trinta e seis instituições contempladas, majoritariamente do eixo sul-sudeste, já apresentam maior nível de internacionalização e nenhuma delas é da região norte.

Percebe-se, a partir dos parâmetros estabelecidos pela CAPES para que os programas de pós-graduação brasileiros sejam considerados internacionalizados ou ainda para a concessão de auxílios ou financiamentos voltados à internacionalização para pesquisadores ou instituições, uma maior ênfase nos aspectos que possam contribuir para uma maior inserção de universidades brasileiras nos rankings nacionais internacionais, abordados anteriormente.

Outro órgão importante para o fomento da internacionalização da educação superior brasileira é o CNPQ, que atua no apoio à mobilidade de pesquisadores, tanto de brasileiros no exterior quanto de estrangeiros no Brasil, e no financiamento de pesquisas conjuntas com instituições no exterior. Dentre os objetivos elencados no mapa do planejamento estratégico até 2025 está a mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores (CNPQ, 2014).

Se compararmos as informações contidas nas plataformas da CAPES e do CNPQ no que se refere à cooperação internacional, evidenciam-se algumas diferenças de perspectiva sobre a temática da internacionalização, principalmente quanto aos países prioritários. Enquanto a primeira se concentra nas parcerias com países do norte desenvolvido, o CNPQ possui diversos programas com foco no entorno geográfico e outros países em desenvolvimento (Argentina, Chile, Uruguai, México, etc.), além dos grandes centros tecnológicos.

Existem ainda, a nível nacional, os Programas e Ações coordenados por associações universitárias que promovem a internacionalização acadêmica, dentre as quais destacamos o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). Nesses grupos, uma visão mais abrangente e não elitista predomina em suas ações. Os programas oferecidos de internacionalização possibilitam a adesão de instituições de todos os portes.

Diante desse cenário exposto, apresentaremos algumas possibilidades estratégicas que podem fortalecer o processo de internacionalização de instituições de menor porte no Brasil. Como mencionado, nossa discussão tem como origem a experiência do projeto de internacionalização de uma universidade de pequeno porte do norte, a UNIFAP.

INTERNACIONALIZAÇÃO DE UNIVERSIDADES DE PEQUENO PORTE

A análise realizada até o momento permite compreender que não é viável impor os mesmos parâmetros para avaliar ou planejar o processo de internacionalização de todas as IES. Uma mesma ação, que pode ser considerada irrelevante no contexto de uma instituição de grande porte, pode gerar forte impacto em uma universidade menor. Enquanto a recepção de um grupo de vinte alunos estrangeiros, por exemplo, pode não ser percebida pela comunidade acadêmica de uma instituição de grande porte, o mesmo grupo pode impactar substancialmente a dinâmica de um campus menor.

Consideramos importante ressaltar que diversas universidades ainda não tinham estruturas administrativas focadas na internacionalização quando alguns programas de internacionalização foram criados nacionalmente, o que pode ter contribuído para uma maior

demora em responder às demandas e aproveitar as oportunidades proporcionadas. Já o programa que sucedeu ao CsF, o Print, usou diversos critérios que já excluíram as instituições de menor porte antes da fase de envio de projetos.

Considerando ainda o contexto de universidades de menor porte, que, muitas vezes, não conseguem se inserir nos grandes projetos com financiamento para ações de internacionalização, ganham ênfase as ações de menor custo, como por exemplo ações de internacionalização em casa.

A internacionalização em casa pode ser compreendida como o conjunto de ações que podem ser adotadas para promover a inserção da dimensão internacional na instituição, seja através de elementos culturais, da capacitação em outros idiomas para alunos, professores e técnicos, da promoção de cursos no idioma local para estrangeiros, da recepção de alunos e professores estrangeiros ou através do uso de videoconferências para possibilitar o intercâmbio de informações.

No Brasil, alguns desafios como o monolinguismo de parcela considerável da comunidade acadêmica, tanto alunos quanto professores, pesquisadores e quadro administrativo, se configura como um dos principais entraves para a ampliação e consolidação do processo de internacionalização (CAPES, 2017), fator que impactou negativamente o sucesso do Programa Ciências sem Fronteiras.

A adesão a programas como o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) é uma ação importante para as IFES menores. Administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Educação (MEC), foi criado em 1965 e é o programa mais antigo de recepção de estudantes estrangeiros no Brasil. Os alunos são selecionados nos 59 países participantes do Programa, na África, nas Américas e na Ásia, sendo o continente africano o que envia o maior número de estudantes (MRE).

No âmbito do PEC-G, as vagas são ofertadas pelas universidades participantes ao MEC, que, juntamente com o MRE realiza a seleção dos estudantes nos seus países de origem para cursarem toda a graduação no Brasil.

Um dos pré-requisitos aos alunos de países não lusófonos é a certificação de proficiência em língua portuguesa (CELPE-Bras), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Algumas universidades ofertam um curso preparatório para a prova aos candidatos que se preparam durante o ano letivo para realizar a prova e iniciar a graduação no ano seguinte, caso aprovados.

Dentre as ações que ajudam a promover a internacionalização em casa também podemos destacar os cursos de férias, disciplinas ministradas em outros idiomas, o uso de videoconferências com universidades no exterior durante as atividades acadêmicas (potencializado com a pandemia do Covid-19) e a promoção da interação dos alunos e professores estrangeiros com a comunidade acadêmica local. Tais atividades, ao contrário daquelas que proporcionam a ida de docentes e discentes a outros países, têm o potencial de impactar toda a instituição.

Outra ação importante é o mapeamento dos agentes e setores ligados à educação da região das Instituições. Uma universidade no estado do Amapá, região de fronteira, por exemplo, pode apresentar atores importantes para ações de internacionalização. Correa e Luedy (2016, p. 265) apontam alguns desses possíveis atores para a construção de ações internacionais: Instituições de Ensino; Consulados; Embaixadas; Centros Culturais; Secretaria de Relações Internacionais;

Secretaria de Educação; Organizações não Governamentais; Agências de Fomento; Instituições de Pesquisa regionais; Organizações Internacionais e Organizações ligadas à migração.

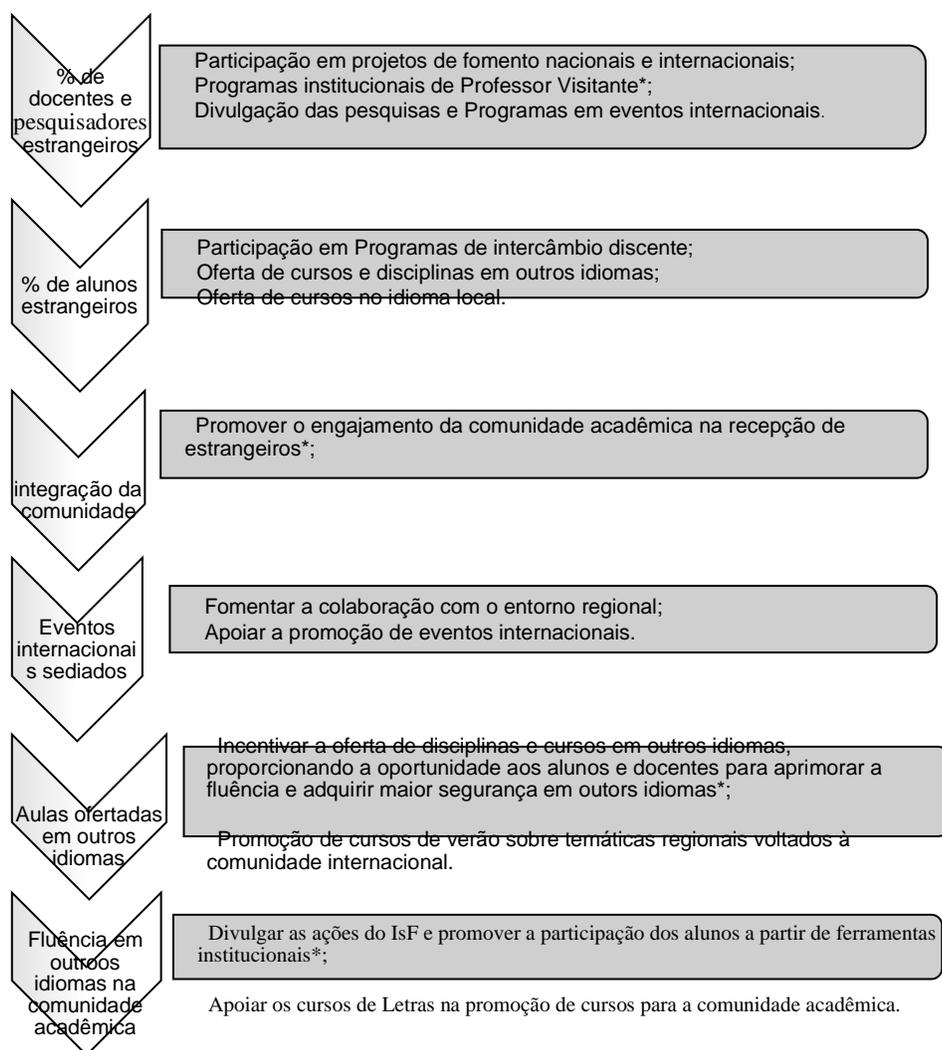
A articulação da Universidade com os atores locais pode trazer ações localizadas e de impacto na internacionalização da instituição. A construção de um diagnóstico das possibilidades pode gerar fomentos internos para ações propícias para as instituições menores que podem gerar bom impacto.

O contexto geográfico e social da Universidade Federal do Amapá, por exemplo, gerou algumas ações da instituição que produziram reverberação na internacionalização. Destacamos abaixo ações fundamentais para esse processo:

- Apoio para projetos transfronteiriços;
- Edital de ajuda de custo mobilidade internacional dos alunos;
- Edital de auxílio pesquisador para mobilidade internacional;
- Promoção da mobilidade acadêmica nacional em regiões de fronteira do Brasil;
- Edital de auxílio para atividades em Centros Culturais dos países fronteiriços;
- Edital auxílio pesquisador para mobilidade internacional Regional;
- Visitas técnica de professores para o entorno geográfico.

Em um contexto mais individualizado e que respeite a realidade das instituições menores e periféricas, a estratégia de internacionalização em casa junto com a promoção de editais internos específicos a construção da internacionalização se torna mais consistente.

O quadro abaixo traz alguns exemplos de elementos característicos dessa forma de internacionalização relacionados a ações que podem contribuir para o seu fortalecimento no âmbito institucional:



Fonte: Elaboração própria.

Além das políticas nacionais de incentivo e fomento, o apoio institucional é de extrema importância para o desenvolvimento e consolidação do processo de internacionalização de cada universidade, que deve acontecer de forma planejada e em sintonia com os objetivos estratégicos da instituição.

A experiência na Universidade Federal do Amapá exemplifica um cenário que apresenta especificidades próprias da instituição. Entretanto, exemplifica um contexto de universidades menores e menos estruturadas diante de programas nacionais e internacionais de internacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica sobre internacionalização do ensino superior possibilitou uma análise crítica a respeito do viés neocolonial dos processos voltados para o alcance dos critérios dos principais rankings de classificação das universidades. Os modelos apresentados hegemonicamente reproduzem as diferenças já estabelecidas de forma internacional e nacionalmente.

A partir dos modelos apresentados, demonstramos a importância de uma avaliação crítica sobre os interesses envolvidos no estabelecimento de cada um destes critérios, que muitas vezes não estão alinhados à realidade local, principalmente no caso das universidades públicas e mais ainda nas de pequeno porte. A expansão universitária ocorrida nas últimas décadas ampliou os cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, especialmente no norte do país. Entretanto, no processo de internacionalização, fundamental na construção do conhecimento, os programas de internacionalização nacional e os ranqueamentos estabelecidos não conseguem colaborar na consolidação das universidades de pequeno porte.

Nessa direção, a partir de uma experiência local, apresentamos alguns indicadores que podem ser utilizados para mensurar o aspecto internacionalização nas instituições sem comprometer o foco com a oferta do ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Apresentamos também elementos que podem compor uma estratégia de internacionalização mais dialogada com realidades distintas e que busque romper as desigualdades já estabelecidas entre as IFES no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTBACH. Philip G., KNIGHT. Jane. **The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities**. Journal of Studies in International Education. Vol 11, Issue 3-4, pp. 290-305, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315307303542>. Acesso em 24/01/2018.
- AXEL-BERG, Justin. **Indicadores para Efeito de Comparação Internacional no Ensino Superior Brasileiro**. In: Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais/organizador: Jacques Marcovitch; colaboradores: José Goldemberg ... [et al.]. – São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.
- BRASIL. Congresso. Senado. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Avaliação de Políticas Públicas. Programa Ciências sem Fronteiras**. Disponível em: legis.senado.leg.br/sdleg-getter/.../9f8bccb3-c880-408c-9667-96582f07fa84 .Acesso em 13/02/2019.
- Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira** – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela Capes**. Diretoria de Relações Internacionais. 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>.
- CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Regionalismo e (In) Segurança na Amazônia Transnacional: os projetos da Iniciativa para Integração da Infra- Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e as Possibilidades de Conflitos**. Revista Científica “General José María Córdova”, Bogotá D.C. (Colombia) Sección Estudios militares. Vol 10, Núm 10, Año 2012, Junio REVCJMC.10(10): 163-174, 2012.
- CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **As iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos e o papel do Brasil neste contexto**. 2014. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. 87.
- CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino; SILVA, Tiago Luedy. **Universities as Paradiplomatic Actors in the Border Regions: A Case Study on the Borders Between Brazil and the Guiana**

- Region.**2018. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.12, jul./dez. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>.
- COSTA, Euryandro Ribeiro; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; DE MIRANDA CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Planejamento Estratégico 2025.** Disponível em: http://www.cnpq.br/documents/10157/2449939/Planejamento_Estrategico_2025.pdf/4ad390fe-314a-422e-ab06-4dee1d0ac9ce . Acesso em 07/12/2018.
- FRANKLIN, Luiza Amália; ZUIN, Débora Carneiro; EMMENDOERFER, Magnus. **Processo de internacionalização do ensino superior e mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil.** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 130-151, jan. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650831>>. Acesso em: 11/02/2019. doi:<https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650831>.
- KNIGHT, Jane. **Updated internationalization definition.** International Higher Education, 33, 2-3, 2003.
- KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales.** Journal of Studies in International Education. v.8(1), p. 5–31, 2004. KNIGHT, Jane. **International universities: misunderstandings and emerging models?** Journal of Studies in International Education, v. 19, n. 2, p. 1-15. 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315315572899>>. Acesso em: 6 out. 2018.
- LEAL, Fernanda; MORAES, Mário César Barreto. **Decolonialismo como perspectiva epistemológica para o campo teórico da internacionalização da educação superior.** VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, 2017.
- LEAL, Fernanda Geremias; STALLIVIERI, Luciane; MORAES, Mário César Barreto. **Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem?.** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 52-73, jan. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650638>>. Acesso em: 09 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650638>.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais;** colaboradores: José Goldemberg ... [et al.]. – São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **BRASIL, Walterlina. Internacionalização da Educação Superior no Brasil: relatório final.** – Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, 2004.
- MIRANDA, Xiomara Zarur. **Integración Regional e Internacionalización de la Educación Superior en América Latina y el Caribe.** In Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe / editado por Ana Lúcia Gazzola y Axel Didriksson.- Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.
- MIURA, Irene Kazumi. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento. 2006. Tese (Livre Docência em Recursos Humanos) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. doi:10.11606/T.96.2006.tde-03102006-135941. Acesso em: 2018-12-12.
- PINTO, Patrícia Nogueira de Carvalho. **Internacionalização da Educação Superior: um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB.** 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

- PORTO, Claudio; RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória. Dezembro, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf> . Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.
- RIGHETTI, Sabine. **Qual é a melhor? Origem, indicadores, limitações e impactos dos rankings universitários**. 230 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321911> . Acesso em 14/02/2019.
- RIGHETTI, Sabine. 3. **Avaliar para Comparar: Os Rankings Britânico e Chinês no Ensino Superior Global**. In: Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais/ organizador: Jacques Marcovitch; colaboradores: José Goldemberg ... [et al.]. – São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.
- SANTOS, Solange Maria; NOROÑA, Daisy Pires. **O desempenho das universidades brasileiras em rankings internacionais**. Em *Questão*, v. 22, n. 2, p. 186-219, 2016. SANTOS, Thauan; DINIZ JÚNIOR, Carlos Antônio. **MERCOSUL e Políticas Educacionais: a educação como vetor de promoção da integração regional**. II Encontro de Economia Política Internacional – II ENEPI, UFRJ, 2017; **Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)** / organização, Alex Jorge das Neves ... [et al.]. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.
- SHARMA, D. S. (2008). *The many Faces of Globalizations : A Survey of Recent Literature*. *New Global Studies*, 2(2): 21-42.
- SILVA, Darly Henriques da. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 1, p. 5-28, 2007.
- SILVA, Gutemberg de Vilhena. **France-Brazil Cross-border Cooperation Strategies: Experiences and Perspectives on Migration and Trade**, *Journal of Borderlands Studies*, 2016. DOI: 10.1080/08865655.2016.1197788.
- SILVA, Gutemberg de Vilhena. **“Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas na interface entre a Amazônia e o Caribe”**. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 199-217 DOI 10.21507/9788563800367-12.
- SILVA, Gutemberg de V.; RÜCKERT, Aldomar A. **A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)**. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 7, 2009.
- SILVA, M. A.; JOHNSON, G. A.; ARCE, A. M. **O MERCOSUL em seu labirinto: desafios da integração regional**. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 1, p. 52–64, 2016.
- SILVA, Maura Leal da. **“O território imaginado”: Amapá, de território à autonomia política (1943- 1988)**. 2017. 379 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SOUZA, Eduardo Pinheiro de. **Mapeando os caminhos da internacionalização de instituições de ensino superior no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.12.2008.tde-16012009-122855. Acesso em: 13/02/2019.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. 93.

- STALLIVIERI, L. **O Processo de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em:04/01/2017.
- SANTOS, Thauan. **Integração regional como política pública para a América do Sul: uma análise à luz da faixa de fronteira brasileira**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 12, p. 177-198, dez. 2017. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6340/4080>>. Acesso em: 21/02/ 2019. doi:<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i12.6340>.
- SUPERTI, Eliane.; SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense**. Intellector (CENEGRI. Online), v. XI, p. 129-147, 2015.
- THE. Times Higher Education. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/methodology-world-university-rankings-2019>. Acesso em: 21/01/2019.
- TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL. Primeira Reunião do Conselho de Chefes e Chefes de Estado da UNASUL. 2008. Brasília, Brasil.
- VAIRA, M. **Globalization and higher education organizational change: a framework for analysis. Higher Education**. Kluwer Academic Publishers, v.48, 2004, p. 483-510.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto int., Rio de Janeiro , v. 29, n. 2, p.273-335, Dec.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-5292007000200002&lng=en&nrm=iso .Acesso em:22/02/2019. /dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002.
- VIGEVANI, Tullo ; ARAGUSUKU, Juliano. **A orientação da política brasileira para as Américas em tempos de vicissitudes domésticas**. Pensamento Próprio, v.42. 2015.
- WEINSTEIN, Michael M. **Globalization: what's new?**. New York: Columbia University Press. 2005.